

ANL
P15**O bebê
do Dr. Ulysses**

JORNAL DA TARDE

Quem disser que é capaz de avaliar o impacto da nova Constituição sobre a economia brasileira estará mentindo. Por isso, não estou dizendo isso. Digo apenas que afinal (ufa!) entramos numa outra fase. A corte fez uma festa ontem. E como em todas as festas da corte, o povo ficou de fora. Os cortesãos acharam que a promulgação deveria ser marcada dessa maneira e fizeram sua festa. O povo não está em condições de avaliar se havia ou não motivo para festa. O povo sempre achou que o Brasil precisava de uma coisa relativamente simples e unívoca: seriedade! A elite, principalmente a elite política e intelectual, achava que o Brasil precisava de uma nova Constituição.

Pois bem, ela está aí. Para o bem ou para o mal. Acho que já apresenta um efeito salutar, antes mesmo de entrar em vigor: melhorou o nível de instrução política deste País. Se não tivéssemos nos metido nessa aventura trabalhosa da Constituinte, muita gente continuaria dizendo que uma nova Constituição seria salvação da pátria e muita gente do povo continuaria iludida a este respeito. Hoje, todos nós já sabemos que o problema não era de nova Constituição, mas sim de nova mentalidade — e isso não é imposto pela letra de nenhuma lei.

A Constituição teve sim, mais ou menos, o papel do Plano Cruzado: da mesma maneira que aprendemos com o Cruzado a não acreditar em mágicas e em mágicos na administração econômica, ela está nos mostrando que também não existe "maná" para o ajuste político.

Os custos econômicos da implementação da nova Constituição já estão sendo competentemente levantados dentro e fora das empresas. É um exercício demorado, complicado e de resultados ainda pouco seguros. É praticamente certo que num primeiro momento, pelo menos, teremos elevação de custos empresariais e contração do mercado de trabalho. Possível-

mente os próximos meses marquem um aumento da taxa de desemprego. É que a maior parte das empresas suspendeu ou restringiu suas contratações, ou ainda está enxugando seu pessoal, até ter uma idéia mais nítida dos impactos constitucionais. Esse efeito é imediato. Dependendo da sua amplitude, a opinião pública registrará ou não o fato a débito da Constituição e da Constituinte. Eventualmente poderemos ter passeatas de desempregados ostentando faixas de "abaixo a Constituição" — o que seria um desastre para a incipiente democracia brasileira e para as lideranças que se empenharam na nova Constituição. O PT poderá capitalizar o descontentamento com uma simples frase: "Eu não disse?".

Mas, a médio e longo prazo, a nova Carta não nos parece ruim para a economia e os negócios. Eliminou o "suspense do horizonte político, estabeleceu novas regras que podem não ser as melhores, mas são regras. E como me dizia o diretor de um grande banco americano que estava aqui no Brasil, o importante é ter regras para poder descobrir a melhor maneira de operar dentro delas. Se não há regras, ninguém sabe como operar. Mesmo as regras adversas são preferíveis à ausência de regras. Nesse aspecto, nós estávamos numa espécie de limbo: sabíamos que as regras da velha Constituição estavam com os dias contados, mas não sabíamos quais as novas. Muito da paralisia no mundo dos negócios nos últimos tempos veio dessa situação.

A questão-chave, portanto, não é indagar se a nova Constituição é positiva ou negativa para os negócios e a economia. Ela está aí. A questão-chave é como operar com ela. E a incógnita principal é se os efeitos negativos imediatos não serão intensos o bastante para pôr a perder o trabalho realizado e impedir que se colham, mais tarde, os efeitos positivos da estabilização das regras.